# TERRITÓRIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

*Cristina Martins, Isabel Pereira e Isabel A. Santos*
UNIVERSIDADE DE COIMBRA | CELGA

## 1. Introdução: O Português no Mundo

O português é uma língua com vários centros de irradiação, situados em distintas localizações geográficas e configurando diferentes variedades nacionais. É, por isso, uma língua pluricêntrica (Baxter, 1992).

Em consequência do processo de expansão iniciado no século XV e dos fluxos migratórios mais recentes, a língua portuguesa espalhou-se por todos os continentes, onde permanece atualmente com estatutos diferenciados. Segundo dados do Banco Mundial (2006), o português tem aproximadamente 244 milhões de falantes (quer como língua materna, quer como língua não materna)[1], sendo a terceira língua europeia mais falada do mundo. As perspetivas de crescimento do número de falantes torná-la-ão, num futuro próximo, na língua mais falada do hemisfério sul.

É língua oficial em cinco países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe), em Macau e Timor-Leste, no Brasil e em Portugal.

Mapa 1. O Português no mundo (http://cvc.instituto-camoes.pt/tempolingua/02.html)

[1] Os dados existentes sobre o número de falantes do português, quer como língua materna, quer como língua não materna, não permitem a sua contabilização exata.

No Brasil e em Portugal, além de língua oficial, é igualmente língua nacional, na medida em que é a língua materna da generalidade dos habitantes. Já nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), em Macau e em Timor-Leste, é, na realidade, apesar do seu estatuto oficial, a língua segunda (LS) da maioria dos habitantes.

Finalmente, o português é língua de herança nas comunidades de emigrantes luso-falantes existentes em vários países do mundo, sendo, nesses casos, usado no interior de um grupo que se encontra integrado numa comunidade cuja língua dominante é outra.

O (atualmente) vasto território da língua portuguesa não teve sempre esta configuração. Foi-se construindo ao longo de séculos de uma história que se iniciou na Península Ibérica.

## 2. O Português na Península Ibérica: História e Diversidade Geográfica

No que diz respeito à sua filiação histórica, o português é uma língua românica; quer isto dizer que, como vários outros, este idioma resulta essencialmente da evolução do latim, estrato fundamental ao qual se associam alguns elementos pré e pós-romanos.

O português resulta, concretamente, da cisão do galego-português, uma primitiva unidade idiomática para a qual o latim falado no noroeste peninsular progressivamente evoluiu. Além do galego-português, outros idiomas românicos se individualizaram, a partir do fim do Império Romano, na faixa nortenha da Península Ibérica: de oeste para leste, aí se formaram também o asturo-leonês, o castelhano, o navarro-aragonês e o catalão.

Durante a Reconquista, todos estes idiomas se propagaram para sul, acompanhando a expansão dos reinos cristãos. Nesse processo, o galego-português acaba por ocupar toda a faixa ocidental da Península e o castelhano vai definindo o seu território sobrepondo-se aos idiomas vizinhos. A fragmentação do galego-português e a consequente criação de fronteiras entre o português e o galego decorre da fragmentação política do inicialmente reino da Galiza e da expansão peninsular do território português. Escreve Castro (2013: 9), a esse propósito, que «a história externa (ou seja, política e social) do galego e do português deixaram de ser comuns e as escolhas linguísticas tomaram sentidos divergentes».

Ao longo desse processo de recuperação e de repovoamento do território, os contactos entre populações linguística e geograficamente heterogéneas conduziram, por um lado, à perda dos particularismos, marcados, do norte e, por outro, a uma maior homogeneização da língua falada na zona meridional do território; ainda hoje, a zona setentrional se encontra, linguisticamente, mais fragmentada[2].

A atual organização linguística da Península Ibérica é, assim, resultado direto dos movimentos da Reconquista e das diferentes sortes que, então, tiveram os vários núcleos políticos e os diferentes idiomas: o português e o castelhano ascenderam a línguas nacionais; o galego e o catalão são reconhecidos atualmente como línguas oficiais em regiões autónomas; das outras variedades temos, no entanto, apenas vestígios, com mais ou menos vitalidade.

O galego-português apresenta um conjunto de especificidades que, em grande medida, contribuem para a diferenciação atual do português e do galego, quer no âmbito mais vasto das línguas românicas, quer no contexto mais estrito das línguas ibéricas. Assim, é particular do galego-português: i) a não ditongação das vogais latinas *Ĕ* e *Ŏ*; ii) a supressão (síncope) de –n e –l latinos intervocálicos[3]; iii) a evolução convergente, para *tch*[4] (grafado <ch>), dos grupos iniciais latinos PL, CL e FL. Neste último caso, o resultado *tch* veio a evoluir, no português comum e padrão, para a consoante *ch,* passando a coincidir com aquela que era a pronúncia representada pelo grafema <x>. O Quadro 1 sintetiza e ilustra o que acabámos de referir, permitindo a comparação, para cada caso, das soluções registadas no galego-português e dos resultados que se observam nos seus vizinhos orientais.

---

[2] Esse facto torna-se muito evidente quando observamos a repartição dialetal do território português continental, tal como os dialetólogos no-la apresentam.

[3] Nos falares moçárabes do centro e sul (idiomas igualmente românicos, mas falados pelas populações hispano-godas que viveram em situação de contacto com a civilização árabe), e como nos restantes idiomas românicos, as consoantes em causa não foram suprimidas. É por essa razão que aí surgem formas antigas como *ponente* (na língua comum encontramos *poente*) ou *panito* (forma diminutiva de *pão*) e topónimos como *Molino* (a que corresponde *Moinho*, no norte).

[4] Recorremos aqui a uma notação gráfica para representar uma consoante africada palatal surda que, no Alfabeto Fonético Internacional, se representa por [tʃ]. "Procedeu-se de igual forma nos quadros que se seguem e noutros pontos do texto."

**Quadro 1**
**Individualidade do Galego-Português Face aos Idiomas Ibero-românicos Vizinhos**

| Latim | Galego-português | Asturo-leonês | Castelhano |
|---|---|---|---|
| *Ŏ* em sílaba tónica (PORTA) | *ó* (*porta*) | *uô* (*puorta*) | *ue* (*puerta*) |
| *Ĕ* em sílaba tónica (PETRA) | *é* (*pedra*) | *iê* (*piedra*) | *ie* (*piedra*) |
| -L– (DOLORE) | *ø* *(dor)* | *l* *(delor)* | *l* *(dolor)* |
| -N- (LUNA) | *ø* *(lua)* | *n* *(lhuna)* | *n* *(luna)* |
| PL-, CL– FL- (PLUVIA, CLAVE, FLAMMA) | *tch ( >ch)* *(chuva, chave, chama)* | *tch / lh* | *lh* *(lluvia, llave, llama)* |

Uma análise da organização linguística da Península Ibérica e da sua história mostram-nos, por outro lado, que a própria definição de língua e o estabelecimento de fronteiras entre línguas, bem como a distinção entre o que é língua e o que é dialeto, são questões muito complexas que, frequentemente, extravasam o domínio do linguístico e ganham uma dimensão claramente política e simbólica. Veja-se, por exemplo, o que aconteceu, na nossa história recente, com o mirandês, que "ascendeu", por decisão política, de "dialeto" a "língua"; considere-se a importância que, a par das questões linguísticas de que se falará a seguir, a separação política terá também para o entendimento de que o galego e o português são línguas diferentes (não obstante o reconhecimento da existência de uma unidade galego-portuguesa na faixa ocidental da Península).

É precisamente a faixa galego-portuguesa na Península Ibérica (e não os espaços políticos a ela associados) que Lindley Cintra (uma das figuras de referência da dialetologia portuguesa) analisa e compartimenta, na sua *Nova Proposta de Classificação dos Dialetos GalegoPortugueses* (1971) (cf. Mapa 2). *É* a adoção de um critério linguístico que explica algumas não coincidências entre a fronteira linguística traçada nesse trabalho e a fronteira política; observe-se, por exemplo, a zona do nordeste português assinalada no mapa 2.

Assim, Cintra subdivide o espaço galego-português peninsular em três unidades a que chama dialetos: os galegos, os portugueses setentrionais e os portugueses centro-meridionais. Tenha-se presente que, no âmbito da análise linguística, o termo dialeto serve para referir qualquer forma específica,

regionalmente delimitada, de atualizar uma determinada língua historicamente constituída. Considere-se ainda que, no domínio da descrição científica, se assume que todas as línguas e variedades se equivalem, pelo que qualquer tipo de valoração e de hierarquização terá razões extralinguísticas (históricas, socioeconómicas, simbólicas).

Mapa 2 – Alguns traços fonéticos diferenciadores dos dialetos galego-portugueses (Cintra, 1971) (http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/novaproposta.pdf)– 13.09.14

As fronteiras linguísticas estabelecidas no trabalho deste dialetólogo resultam da consideração de fenómenos fonético-fonológicos, isto é, de factos de pronúncia. Como outras fronteiras, também estas são traçadas sobre

mapas, sob a forma de linhas, designadas isoglossas. Não obstante o interesse metodológico deste tipo de procedimento, é necessário notar que o estabelecimento de fronteiras lineares resulta de um processo de abstração do caráter contínuo da variação linguística.

Os dados organizados por Cintra (1971) (a que podemos acrescentar dados apresentados por Barros Ferreira [1992]) permitem a delimitação clara entre os dialetos portugueses e os dialetos galegos; nesse domínio, fronteira política e fronteiras linguísticas são perfeitamente coincidentes (cf. Quadro 2).

**Quadro 2**
**Bipartição da Faixa Galego-Portuguesa na Península Ibérica**

| Dialetos galegos | Dialetos portugueses |
|---|---|
| ausência de *z* e *j* (consoantes sibilantes sonoras)<br>*xanela*, *xeral*<br>*asa* (= [ s̬ ] / [θ]) | existência de consoantes sibilantes sonoras (a par das surdas: *s* e *ch*)<br>*janela*, *geral*<br>*asa* (=[z]) |
| menor redução / fechamento do vocalismo átono | acentuada redução / fechamento do vocalismo átono |
| ausência de vogais (e de ditongos) nasais<br>*mao*, *mai*, *can*, *ladrón* | existência de vogais (e de ditongos) nasais<br>*mão*, *mãe*, *cão*, *ladrão* |

Um conjunto de outras particularidades permite dividir Portugal Continental em duas áreas: a dos dialetos portugueses setentrionais e a dos dialetos portugueses centro-meridionais. Na primeira dessas áreas dialetais, i) *b* e *v* não se distinguem, traduzindo-se esse facto, frequentemente, na "troca do *v* pelo *b*"; ii) encontramos sibilantes apicoalveolares (normalmente conhecidas como *s* e *z* reversos ou beirões); iii) sobrevive a consoante antiga *tch*; iv) conserva-se o ditongo *ou*. Já os dialetos centro-meridionais se distinguem, no âmbito da proposta de Cintra, pela redução do ditongo *ei*, isto é, pela sua simplificação em *ê*.

A organização dialetal que assim se traça resulta da consideração de dados recolhidos *in loco*, mas, como o próprio autor nota, essa estrutura está totalmente em sintonia com a apreciação que o falante comum faz da diversidade geográfica do território português, habitualmente dividido entre um "norte" (onde se diz *baca* para *vaca*) e um "sul" (onde se diz *fêra* para *feira*). Observe-se, no entanto, que as diferentes isoglossas se cruzam numa zona centro de transição que tem como limites o rio Tejo e o rio Douro, pelo que,

só selecionando um traço (o correspondente ao aparecimento das sibilantes apicoalveolares, de enorme importância na dialetologia ibérica), Cintra pôde desenhar a fronteira entre aquelas duas variedades linguísticas.

Não obstante a possibilidade de traçar uma fronteira entre o galego e o português, constatamos que, no que diz respeito a alguns dos traços selecionados por Cintra, os dialetos portugueses setentrionais formam uma unidade com os dialetos galegos. Na realidade, em ambos os casos: i) se encontram sibilantes apicoalveolares; ii) sobrevive a africada *tch*; iii) se conservam os ditongos *ei* e *ou*; iv) não se distingue *b* de *v*, favorecendo-se a primeira consoante.

Assim se estabelece um contraste entre uma unidade formada pela Galiza e norte de Portugal, marcada pelo conservadorismo, e a zona portuguesa centro-meridional, que se destaca por apresentar as variantes inovadoras, mais recentes. Curiosamente, é com estas últimas variantes, particularmente com as do centro litoral (e não com as que são típicas da região onde Portugal historicamente se constituiu, a norte) que a variedade dita padrão, ou norma, globalmente coincide[5]. Uma vez que, como dissemos, as variedades e variantes se equivalem do ponto de vista linguístico, é a importância política, cultural e simbólica que a região progressivamente adquire ao longo da história que explica a seleção da variedade aí falada como variedade padrão.

De qualquer modo, é preciso ter presente que a própria seleção das variantes "corretas" é transitória, e que "o certo" de hoje foi muitas vezes "o errado" de ontem; assim, nada nos garante que "o errado" de hoje não venha a ser aceite amanhã e que "o correto" de hoje não venha a ser arcaísmo dentro de algum tempo. Na verdade, a análise dos textos gramaticais do séc. XVIII, por exemplo, mostra-nos depoimentos de condenação veemente de pronúncias hoje comuns. Assim, em 1734, Madureira Feijó, na sua *Orthographia explicada ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza,* condena a atual pronúncia comum de palavras como *chapéu*, defendendo que a consoante inicial deveria ser pronunciada como *tch*. A pronúncia correta, no entender deste gramático, corresponderia, portanto, na época, à do português antigo, que se preserva ainda no norte de Portugal e na Galiza.

[5] No conjunto dos fenómenos considerados por Cintra, só a inovação que consiste na simplificação do ditongo *ei* não foi incorporada na norma.

## 3. O Português em Contacto com Outras Línguas

Se o português conheceu as condições necessárias para se consolidar, na Península Ibérica, como um idioma diferenciado de outros, histórica e estruturalmente afins, ocupando territórios geograficamente contíguos, a verdade é que tal consolidação passou também, e como se viu, pelo estabelecimento de uma norma padrão. Aliás, a afirmação do português enquanto língua histórica encontra-se intrinsecamente associada à definição dessa mesma norma, estabilizada por via de uma produção contínua de obras codificatórias (como dicionários e gramáticas) e disseminada através de instituições como a escola e os meios de comunicação.

A situação que acabámos de descrever não se repete, porém, de modo similar, em todos os lugares do mundo em que o português é falado e/ou assume um papel funcional e um estatuto sociopolítico relevante.

Na maioria dos países em que a língua portuguesa ostenta estatuto oficial, ela é adquirida e aprendida pela generalidade dos falantes como uma língua não materna, i.e., como uma língua segunda (LS). Quer isto dizer que, em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste, a esmagadora maioria dos falantes não está exposta ao português desde os primeiros anos da infância, nos respetivos ambientes familiares. Em cada um destes territórios, existem outras línguas autóctones (e/ou crioulos, em alguns casos) que conhecem grande vitalidade e que são adquiridas, essas sim, pela generalidade dos habitantes, como línguas maternas (LM). Por regra, as crianças, e especialmente as que não são oriundas de áreas urbanas, experimentam um contacto sistemático e regular com a língua portuguesa apenas aquando da sua entrada na escola, i.e., depois dos 6/7 anos de idade. Já entre a população adulta, encontramos um espectro muito díspar de casos no que concerne ao grau de contacto com o português e de uso produtivo da língua.

Nestes contextos, em que os falantes são, na sua maioria, bilingues tardios, atingindo, na LS, graus de proficiência muito variados, não se estranhará que o português não conheça, ainda, normas nacionais estabilizadas. Nestes casos, o português constitui aquilo que se designa uma variedade não nativa (VNN). Tipicamente, as VNN desenvolvem-se em sociedades ex-coloniais multilingues, caracterizadas pela presença funcional de uma língua do país colonizador (com o estatuto de LS), sendo percecionadas,

pelos próprios falantes e também pelos de outras variedades da mesma língua, como versões imperfeitas e/ou subprodutos das variedades europeias "de referência" (Gonçalves, 2010).

A passagem de uma variedade não nativa ao estatuto de norma nacional é um processo histórico que implica vários estádios. Assim, o que começa por ser, nas fases iniciais, uma variedade instável, falada sobretudo por aprendentes tardios e não nativos, e marcada por fenómenos linguísticos transitórios, vai conhecendo a progressiva disseminação social e a estabilização de muitos desses fenómenos. Para esta estabilização contribui, muito decisivamente, o processo de nativização da VNN, i.e., a aquisição desta variedade, na primeira infância, como língua materna/nativa por números crescentes de falantes (Gonçalves, 2010; 2013). São, portanto, as crianças que estão a adquirir o português precocemente os verdadeiros agentes da nativização em curso em alguns países.

Do processo de nativização emergem novas variedades da língua, i.e., novas normas. Estas, fruto das suas próprias condições de génese e de afirmação histórica, caracterizam-se pela presença não só de léxico, mas também de várias estruturas gramaticais não coincidentes com as correspondentes na variedade europeia. Como é natural, para a configuração particular de cada uma das variedades nacionais emergentes do português contribuem, entre outros fatores, as demais línguas com as quais o português tem estado em contacto nesses espaços.

Na verdade, o português encontra-se em contacto com outras línguas em todos os territórios do mundo em que marca presença, independentemente do estatuto de que neles usufrui. No Brasil, o português, que é aí, atualmente, língua oficial e materna da esmagadora maioria da população, estabeleceu contacto, desde o séc. XVI, quer com as línguas da família tupi-guarani, faladas pela população ameríndia autóctone, quer com as línguas da família bantu, faladas pelos escravos originários da costa ocidental africana. A prolongada história de contacto interlinguístico no Brasil contribuiu, de resto, e muito decisivamente, para as características particulares do que hoje se designa o português vernáculo (ou popular) do Brasil. Por outro lado, e tendo o Brasil acolhido, especialmente a partir de meados do séc. XIX, contingentes muito significativos de imigrantes de origem não portuguesa (sobretudo alemães, italianos, espanhóis e japoneses), o português conheceu, também através

destes novos aprendentes, relevantes e marcantes experiências de contacto (Mattos e Silva, 2013).

Sendo, no entanto, não só uma língua de imigrantes, mas igualmente uma língua de emigrantes, o português fala-se em distintas comunidades disseminadas pelo mundo inteiro (embora maioritariamente concentradas em países do hemisfério norte), na qualidade de língua de herança (Cummins, *apud* Polinsky e Kagan, 2007). Nestas comunidades de emigrantes, de origem portuguesa, brasileira ou outra, o português não beneficia de qualquer estatuto oficial, sendo a língua usada no seio da família ou, quando a comunidade de emigrantes residentes numa mesma localidade é suficientemente numerosa e ativa, com os demais membros dessa mesma comunidade. É, contudo, amplamente conhecida a vulnerabilidade das línguas de herança. Estas, mercê da vontade de aculturação e de integração dos respetivos falantes no país de acolhimento, nem sempre são transmitidas às gerações seguintes, sendo, assim, frequentemente substituídas pela língua dominante do país de acolhimento ao fim de duas ou três gerações. Ainda assim, e quando a língua de herança é preservada, também ela ostenta algumas características particulares, resultantes da situação de contacto interlinguístico e do bilinguismo dos seus falantes.

Dito isto, fácil é concluir que o português é, no mundo, maioritariamente falado por bi- ou mesmo plurilingues, e que são estes os verdadeiros agentes do contacto que esta língua estabelece com outras. Mesmo na Península Ibérica, e pese embora a sua expressão menor, encontramos vários casos de bilinguismo que resultam do contacto do português com outras línguas (cf. Figura 1). Para além das recentemente estabelecidas comunidades de imigrantes em Portugal, que falam as suas próprias línguas de herança (sobretudo mandarim, ucraniano, guzerate e também crioulo de Cabo Verde; cf. Mateus, Pereira e Fischer, 2008) e também o português com o estatuto de língua segunda, existem várias comunidades bilingues ao longo de toda a fronteira oriental luso-espanhola (Segura, 2013). Nestas comunidades, algumas das quais seculares, o português (ou, em certos casos, uma variedade galego-portuguesa) estabelece contacto com idiomas neolatinos com os quais evidencia distintos graus de afinidade: o mirandês, por um lado, o castelhano, por outro.

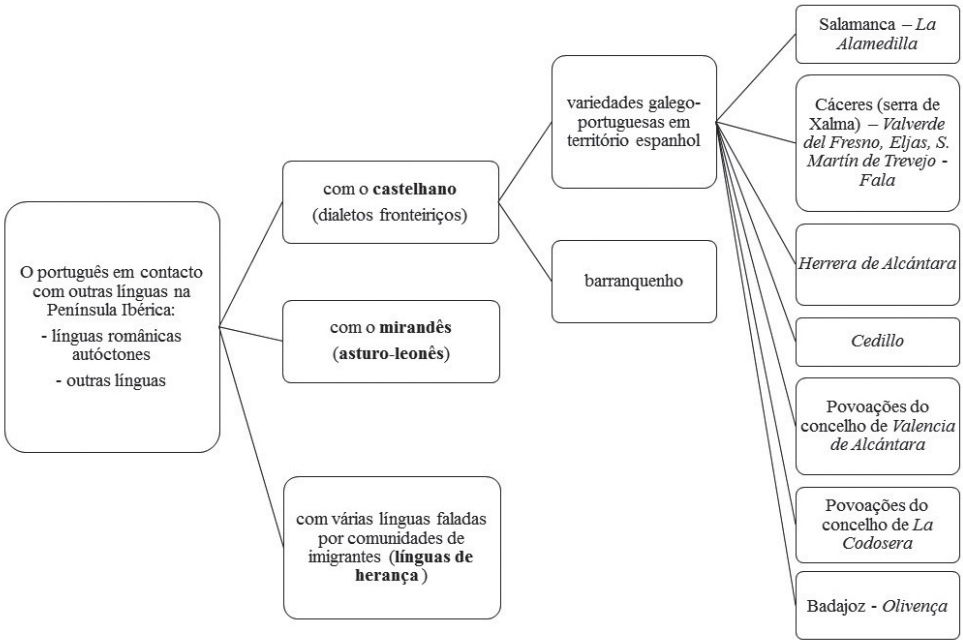


Figura 1 – O português em contacto com outras línguas na Península Ibérica

Um dos resultados do continuado contacto entre o português e o castelhano numa comunidade fronteiriça é, aliás, o barranquenho, uma variedade de formação histórica recente, cuja base é o português meridional, com uma forte influência do castelhano andaluz e estremenho (Navas Sánchez-Elez, 1992). Classificada, em função das suas características linguísticas, como uma variedade mista, o barranquenho é apenas um exemplo da inovação idiomática que pode resultar do contacto de línguas.

Outros exemplos, particularmente relevantes no conjunto das situações de contacto do português com outras línguas, são os crioulos.

## 4. Crioulos de Base Lexical Portuguesa

Os crioulos são línguas de formação rápida que, historicamente, se formam em situações sociolinguísticas particulares que se verificaram em numerosos contextos coloniais. A esmagadora maioria dos crioulos conhecidos e descritos resulta de condições extremas criadas em territórios africanos, asiáticos e americanos colonizados por europeus (Pereira, 2006). Estas condições envolveram o convívio forçado de falantes de línguas maternas distintas e mutuamente ininteligíveis (línguas de substrato dos crioulos), bem como a presença de uma língua dominante, de origem europeia, a do

colonizador. Nas primeiras fases deste contacto forçado, os novos aprendentes da língua europeia eram, na sua larga maioria, já adultos. Estes aprendentes tardios teriam também, e tipicamente, um acesso muito limitado ao *input* da língua europeia dominante, já que a interação com falantes nativos era escassa e irregular.

Estes grupos de falantes formaram, assim, e nas primeiras fases de contacto, formas veiculares básicas, resultantes da simplificação extrema da língua europeia, através da adoção de um núcleo lexical funcional mínimo e da eliminação de estruturas e unidades com função gramatical. A essas formas de linguagem, que estão na origem dos crioulos, dá-se o nome de *pidgins* (Baxter, 1996).

A formação de um crioulo implica, então, uma base lexical de uma língua europeia e uma nova gramática na qual se combinam elementos das línguas de substrato com mecanismos gramaticais universais. Os crioulos podem ser vistos como línguas gramaticalmente reestruturadas a partir da base lexical de uma outra língua (europeia). Esta reestruturação gramatical resulta de um processo de aquisição, como língua materna, da variedade em formação, por novas gerações de crianças. São, então, as sucessivas gerações de descendentes dos aprendentes adultos e tardios da língua europeia que vão, na realidade, criar os crioulos a partir das variedades *pidgin*.

Tipicamente, e nos dias de hoje, os crioulos coexistem, nas comunidades linguísticas em que são falados, com outras línguas, que tanto podem ser autóctones como variedades locais de uma língua europeia. Nessas comunidades, os crioulos têm sido tradicionalmente estigmatizados, mesmo que, muitas vezes, gozem de um prestígio não assumido (ou "encoberto") pelos seus próprios falantes (Pereira, 2006: 23). Contudo, em anos mais recentes, estas línguas têm vindo a beneficiar de processos de requalificação simbólica, sendo hoje alvo de crescente respeito.

Os crioulos de base lexical portuguesa formaram-se em África, na Ásia e na América do Sul (Segura, 2013). Evidenciam hoje particular vitalidade os crioulos da Alta Guiné (Cabo Verde, Guiné-Bissau e Casamansa) e os do Golfo da Guiné (Príncipe, Santomense e Angolar). Outros, a maior parte dos quais na Ásia, encontram-se em situação de risco ou estão já extintos. Uma vez desaparecida a sua motivação funcional, pela alteração das condições sociolinguísticas das comunidades em que se formaram, os crioulos também ficam sujeitos a processos de erosão e morte.

## 5. Considerações Finais

A língua portuguesa estende-se por múltiplos espaços, onde assume estatutos variados, em situações sociolinguísticas diversificadas.

Assim, no Brasil e em Portugal, o português é língua nacional, sendo língua materna da maioria da população dos dois países, que é também maioritariamente monolingue: aí convive, no entanto, com outras línguas, quer autóctones, quer das comunidades de imigrantes. Em Macau, nos PALOP e em Timor-Leste é língua (co)oficial, apesar de língua segunda para a maioria dos seus habitantes. Assim sendo, em todos estes territórios encontramos situações de multilinguismo. Estas evidenciam graus de complexidade variada: em alguns espaços, o português convive com línguas autóctones, noutros, com crioulos de base lexical portuguesa e, noutros ainda, com línguas autóctones e um ou mais crioulos.

Finalmente, enquanto língua de herança, a língua portuguesa é falada, com graus diversos de vitalidade, por numerosas comunidades de emigrantes radicadas em variadíssimos países. Também nestes casos, o português é uma língua em contacto.

Podemos, em síntese, observar que os territórios da língua portuguesa surgem disseminados por todos os continentes e que o português, fruto, em grande medida, do seu contacto com outros idiomas nesses distintos espaços, assume neles formas e estatutos diferenciados.

## Referêcias Bibliográficas

Barros Ferreira, M. (1992). Dialectologia da área galegoportuguesa. In Ferronha, A. L. (coord.), *Atlas da língua portuguesa na história e no mundo*. Lisboa: INCM, p. 30-38.

Baxter, Alan (1996). Línguas pidgin e crioulas. In I.H. Faria *et al.* (org.), *Introdução à Linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, p. 535-549.

__ , (1992) Portuguese as a pluricentric language. In M. Clyne (ed.), *Pluricentric languages: differing norms in different nations.* Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 11-43.

Castro, I. (2013). Formação da língua portuguesa. In Raposo E.B.P; Nascimento, M.F.B.; Mota, M.A.C.; Segura, L. & Mendes, A. (orgs.) *Gramática do Português*, vol. I .Lisboa: FCG, p.7-16.

Cintra, L. F. Lindley (1971). Nova proposta de classificação dos dialectos galego -portugueses. B*oletim de Filologia*, 22, 81-116.

Gonçalves, P. (2010). *A génese do Português de Moçambique*. Lisboa: INCM, p. 13-21.

Gonçalves, P. (2013). O português em África. In Raposo E.B.P; Nascimento, M.F.B.; Mota, M.A.C.; Segura, L. & Mendes, A. (orgs.) *Gramática do Português*, vol. I. Lisboa: FCG, p. 157-178.

Madureira Feijó, J. M. (1734). *Orthographia explicada ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza*. Lisboa occidental, Na Officina de Miguel Rodrigues Impressor do Senhor Patriarca.

Mateus, M. H. M.; Pereira, D. & Fischer, G. (orgs.) *Diversidade linguística na escola portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Mattos e Silva, R. V. (2013). O português do Brasil. In Raposo E.B.P; Nascimento, M.F.B.; Mota, M.A.C.; Segura, L. & Mendes, A. (orgs.) *Gramática do Português*, vol. I .Lisboa: FCG, p. 157-178.

Navas Sánchez-Elez, M. V. (1992). El barranqueño: un modelo de lenguas en contacto. *Revista de Filología Románica,* 9, 225-246.

Pereira, D. (2006). *O essencial sobre crioulos de base portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Polinsky, M. & Kagan, O. (2007). Heritage Languages: In the 'Wild' and in the Classroom. *Language and Linguistics Compass 1(5),* 368–395

Segura, L. (2013). Geografia da língua portuguesa. In Raposo E.B.P; Nascimento, M.F.B.; Mota, M.A.C.; Segura, L. & Mendes, A. (orgs.) *Gramática do Português*, vol. I .Lisboa: FCG, p. 71-81.